

## 2.ª Conferência Nacional de Professores Aposentados

21 de novembro de 2017 | Joaquim Pagarete, sócio do SPGL

---

«“O dinheiro não chega para tudo”, ou afinal o que existe continua a ser muito mal distribuído?» – foi esta a questão abordada por Joaquim Pagarete, na 2ª Conferência Nacional de Professores Aposentados da FENPROF, cujo lema era «*Afirmar direitos, valorizar pensões, dignificar a aposentação*».

Caros colegas, o mote para esta minha intervenção é a resposta à questão: “*O dinheiro não chega para tudo*”, ou afinal o que existe continua a ser muito mal distribuído?

Será que o valor das nossas pensões de aposentação “*é o possível*”, como nos dizem todos os dias?

Porque não são pagas, aos reformados e aposentados, as pensões dignas a que todos temos direito?

Em relação à reivindicação actual mais sentida pelos nossos colegas do activo – a não contabilização do seu tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira – o Sr. 1º ministro afirmou que “*o dinheiro não chega para tudo*”.

Há um conjunto de dados oficiais, alguns constantes da própria proposta de Orçamento do Estado para 2018, que demonstram a falsidade desta afirmação.

**1º exemplo:** Ponhamos de lado os mais de **7 mil milhões de euros (M€)** referentes aos juros da dívida pública, e centremo-nos no que é da estrita responsabilidade do Governo. Segundo o *Público*, do passado dia 3 de Outubro – jornal que não é reconhecido colocar em primeiro plano a defesa dos interesses dos trabalhadores, bem pelo contrário – “*O Estado deu quase 2500 milhões em benefícios fiscais em 2016, valor que representa um aumento de 600 milhões de euros face a 2015. A EDP (com 35,8 milhões de euros) é a empresa que mais beneficiou desta receita de que o Estado abdicou.*”

Andam aqui a mendigar meia dúzia de tostões e depois esbanjam milhões e milhões para os bolsos dos capitalistas... nomeadamente os chineses da EDP! Enquanto a Justiça em Portugal continua a permitir que Jardim Gonçalves e quejandos permaneçam a ganhar pensões milionárias!

Note-se que o Banco Comercial Português (BCP) – que paga a Jardim Gonçalves essa choruda reforma – também beneficiou, em 2016, de uma extraordinária isenção fiscal (**16,6 M€**).

**2º exemplo** (este constante de uma Resolução recente da CGTP): Os encargos com as parcerias público-privadas, cujas **taxas de juro usurárias chegam a 8%**, correspondendo a uma despesa líquida inscrita no OE para 2018 **de 1171 M€**.

**Um último exemplo:** a verba orçamentada **de 850 M€** para o Fundo de Resolução dos bancos – a qual, diz ainda a CGTP, “*deveria ser canalizada para o investimento público, e esta despesa ser suportada pelos accionistas dessas instituições financeiras*”.

Então, “*o dinheiro não chega*” ou, pelo contrário, há dois pesos e duas medidas na sua distribuição? Será que os direitos dos banqueiros ou dos especuladores das parcerias público-privadas são superiores aos dos outros cidadãos portugueses – tanto os que são trabalhadores no activo como os que estão já aposentados como nós? A Constituição da República portuguesa diz exactamente o contrário!

## **Há décadas que os rendimentos do trabalho se degradam em relação aos do capital**

Arménio Carlos, Secretário-geral da CGTP, disse ontem que se o salário mínimo nacional tivesse sido aumentado desde 1974, tendo em conta a inflação e a produtividade, atingiria no próximo ano cerca de 1270 euros. Hoje é 557 euros, ou seja, menos de metade.

Também sabemos que, segundo o Instituto Nacional de Estatística, a repartição primária do rendimento entre o Trabalho e o Capital em Portugal é cada vez mais desfavorável ao Trabalho. Em 2008, os “Ordenados e salários” representavam 36,6% do PIB e, em 2016, essa percentagem tinha diminuído para apenas 34,2%, enquanto a parte apropriada pelo Patronato, aumentou, no mesmo período, de 40,6% para 42,8% do PIB (1).

Note-se que, em 1970, os “Ordenados e salários” representavam 49% do PIB, tendo atingido o máximo de 59% em 1975! A partir daí tem havido uma descida praticamente sistemática desta percentagem, que actualmente está quase em metade do valor dessa época.

É claro que tanto o montante actual das nossas pensões como das pensões dos futuros aposentados tem igualmente sofrido esta degradação.

E depois continuam a dizer-nos que para nós não há dinheiro, que não há dinheiro para salários, pensões e investimento público.

O Governo pode ir buscar o dinheiro onde ele está ou não abdicar de o cobrar, mas não o quer fazer. Porquê?

Então, em unidade com as nossas organizações de classe, vamos obrigá-lo a fazer aquilo que ele não quer fazer.

(1) Citado por Eugénio Rosa, num estudo sobre o Sistema fiscal, publicado em 23/7/2017.